

INFÂNCIA: DISCUTINDO O TERMO PELO VIÉS DA HISTÓRIA

Jeane da Ap^a. B. Kuller

Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO

jeanekuller@yahoo.com.br

Resumo:

O presente trabalho é parte integrante da pesquisa de conclusão do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, intitulada como "Educação Infantil **A formação do primeiro Centro de Educação Infantil em Fernandes Pinheiro-PR:**". Este texto tem como objetivo central entender como se deu o processo de formação do atendimento à criança no decorrer da história. Dessa forma, esse artigo contempla o tema: Infância: discutindo o termo pelo viés da história, abordando os diferentes aspectos históricos relegadas à mesma durante um longo período de transição, para se chegar a um conceito próximo do ideal nos dias de hoje.

Palavras-chave: criança, história da infância, conceito.

O presente trabalho é parte integrante da pesquisa de conclusão do curso de Pedagogia da UNICENTRO, intitulada como “A formação do primeiro Centro de Educação Infantil em Fernandes Pinheiro-PR:”. Este texto tem como objetivo central entender como se deu o processo de formação do atendimento à criança no decorrer da história.

Dessa forma, esse artigo contempla o tema: Infância: discutindo o termo pelo viés da história, abordando os diferentes aspectos históricos relegadas à mesma durante um longo período de transição, para se chegar a um conceito próximo do ideal nos dias de hoje.

Se quisermos compreender o conceito de infância na atualidade, é necessário que busquemos as configurações históricas impostas à infância no decorrer da história. Assim poderemos entendê-la como um fato que vem sendo construído a partir de vários movimentos sociais e culturais de uma determinada época. Esse capítulo tem por objetivo, discutir as concepções de infância ao longo da história e organização da sociedade.

Sendo assim num primeiro momento apresentaremos a infância de um modo geral. A segunda parte apresenta a visão da criança como adulto em miniatura. Na terceira parte apresentamos uma nova concepção de infância agora regada com um novo sentimento. Partimos para a quarta parte a qual irá tratar da infância no Brasil. A quinta e última parte apresentará a influência do capitalismo na concepção da infância do século XIX.

PARA INÍCIO DE CONVERSA

A busca pela história da infância, bem como seu conceito e caracterização, mostra-nos que esta a pouco vem ganhando espaço na sociedade, pois até o século XII ocorrem poucos ou praticamente inexistem quaisquer vestígios de documentos que falavam de crianças, ou ainda, que sugeriam algo a respeito de sua infância. Através de análises de literaturas a respeito da infância podemos perceber que muitos dos registros históricos sobre a infância surgiram na Idade Moderna. Contudo, numa visão em que a criança deixa de ser apenas uma combinação biológica e passa a ser vista como um sujeito histórico e cultural, que

aos poucos irá conquistar o seu espaço na sociedade a qual esta inserida. Sobre o surgimento de infância podemos verificar que:

A aparição da infância ocorreu em torno do século XIII e XIV, mas os sinais de sua evolução tornaram-se clara e evidentes, no continente europeu, entre os séculos XVI e XVII no momento em que a estrutura social vigente (mercantilismo) provocou uma alteração nos sentimentos e nas relações frente à infância (CARVALHO citado por CORDEIRO; COELHO, 2007, p.884).

No entanto, esta aparição se daria de forma fragmentada, pois ao estar inserida numa sociedade em constante transformação a criança com sua fragilidade e insignificância a qual era tratada na época, (e em alguns momentos essa insignificância ainda permanece nos dias atuais) acaba sendo vítima de uma complexidade social.

DE ADULTO EM MINIATURA À PAPANICAÇÃO

Acerca desta temática, verificamos que a concepção de infância, até então não existia. As crianças eram vistas como seres incompletos e incapazes, viviam misturados com os adultos sem qualquer cuidado e atenção especial. Essa visão só mudaria a partir do século XII.

É interessante verificarmos tal visão desde a etimologia da palavra que, conforme os autores:

[...] a definição da palavra infância, oriunda do latim *infantia*, significa 'incapacidade de falar'. Considerava-se que a criança, antes dos 7 anos de idade, não tinha condições de falar, de expressar seus pensamentos, seus sentimentos. Desde a sua gênese, a palavra infância carregava consigo o estigma da incapacidade, da incompletude perante os mais experientes, regulando-lhes uma condição subalterna diante dos membros adultos. Era um ser anônimo, sem um espaço determinado na sociedade. (CORDEIRO; COELHO, 2007, p 884).

No que diz respeito à infância, percebemos que esta não tinha muito valor para a sociedade da época, pois sua própria família mantinha as crianças em segundo plano, ou ainda não as davam o menor valor e respeito.

Os estudos que envolvem crianças surgiram há 150 anos, todavia em seu sentido biológico, no qual apenas explicava a infância e seu desenvolvimento como natural e hegemônico, ou seja, predominante e imutável. Este fato pode ser visto

em um breve retrocesso na história da infância que nos mostrará que ao se chegar a uma caracterização de crianças esta seguia o mesmo padrão para qualquer época e lugar, ou seja, não se analisavam as várias determinações que influenciavam a sociedade.

Verificamos que dentro dessa caracterização há uma separação de classes, em que as crianças oriundas de classes menos favorecidas não faziam parte das pesquisas e estudos da época, pois às mesmas não lhes eram dada importância e destaque, o que demonstra a insignificância das crianças de famílias pobres.

Dentro desse conceito padronizado, podemos dizer ainda que para realizar um certo conceito de infância, em que era mantido um certo padrão de análise, ou seja, os padrões utilizados para esse conceito era a criança européia, branca e de lares burgueses [...]. (STEIBERG, SR; KINCHOLLOE, JL, 2001, Não paginado).

Dentro dessa perspectiva, podemos perceber que a separação entre classes, surge cedo e o sentimento de infância construído é também uma amostra dessa separação, em que a criança pobre e negra não entra no padrão de análise. Simplesmente são tratadas como força de trabalho ou deixadas de lado em sua “insignificância”.

No entanto, antes de falarmos das diferenciações de classes que fica evidente na construção do conceito de infância, buscaremos compreender os descasos sofridos pelas crianças até bem pouco tempo.

Diante dessa desvalorização da criança, o que podemos destacar é que essas eram vistas como seres incapazes, e que deveriam ser guiadas pelos adultos. Na Idade Média, a infância tinha uma curta fase de duração, pois logo passado o período da fragilidade física, essas já eram inseridas ao meio de adulto e passavam a compartilhar as atividades dos mesmos. Uma etapa da vida lhes trazidas precocemente.

[...] Os adultos se relacionam com crianças sem discriminações, falavam vulgaridades, realizavam brincadeiras grosseiras, todos os tipos de assuntos eram discutidos na sua frente, inclusive a participação em jogos sexuais. Isto ocorria por que não acreditavam na existência da inocência pueril, ou na diferença de características entre adultos e crianças [...] no mundo das formulas românticas, até o século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens em tamanho reduzido[...]. (ARIÈS, citado por ROCHA [20--], p.55).

Essa indiferença segue um longo período. Nessa perspectiva, podemos dizer que a infância não era valorizada, ou ainda não era dada devida importância. Esse retrocesso de vida pode ser comprovado a partir de obras de arte da época. São poucas as representações, porém nas que existem podemos verificar que essas são retratadas como adulto em miniatura, visível a partir de que seus traços e expressões corporais, bem como suas vestimentas lembram um adulto em tamanho reduzido.

Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia o sentido de infância ou não tentava representá-la. Não podemos dizer que a falta dessa representação é por incompetência ou falta de habilidades dos artistas da época, o mais provável é a desvalorização ou a falta de interesse pelas mesmas. Quando essas eram retratadas, fica visível a deformação que o artista impunha aos seus traços físicos dando-lhes a aparência de adultos em miniatura, deixando claro que não havia lugar para elas nesse mundo. A partir do século XIII já se pode perceber uma pequena mudança nas obras de arte, ao menos os quadros de origem religiosa já apresentavam um maior sentimento à infância (ARIÈS 2006).

Ariès, fala sobre o ingresso precoce no mundo adulto afirmando que:

[...] De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje. (ARIÈS, 2006, p.9).

É de extrema relevância discutir essa desvalorização da infância, e a inadequada classificação a qual as crianças eram submetidas, em que não eram diferenciadas dos adultos. Esses apenas esperavam que elas pudessem alcançar certa independência para inseri-las em seu mundo adulto. É possível verificar com esses fatos como a sociedade ditava as regras e indiretamente como a educação era valorizada, aqui especificamente, a educação infantil.

A indiferença que as crianças eram tratadas se misturava com um sentimento superficial existente na época. Sentimento que os estudiosos chamavam de “paparicação”, ou seja, aconteciam alguns momentos de demonstração de carinho, que tinha um curto período na vida das crianças. Essa manifestação de “afeto” era visto apenas em seus primeiros meses de vida. As

crianças acabavam se tornando um instrumento de diversão, comparados a um animal de estimação. Caso viessem a falecer eram logo substituídas por outra e aquelas que conseguiam sobreviver, não possuíam qualquer identificação e só a teriam quando realizassem atividades feitas por adultos, como por exemplo, a responsabilidade de cuidar ou “guiar” as crianças pequenas. Essa indiferença era vista também na escolha dos adultos aos quais era atribuída a tarefa de educar essas crianças. A eles não era dada qualquer preparação para isso, esses adultos simplesmente ficavam com a função de cuidar das crianças.

Ariès (2006) refere-se a essa paparicação dedicada as crianças com um sentimento superficial.

Contudo, um sentimento superficial da criança a que chamei de ‘paparicação’ era reservado à criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com as crianças pequenas como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato. (ARIÈS, 2006, p.10)

Essa maneira secundária de tratamento, ou seja, essa menor importância em relação às crianças, permaneceu durante vários séculos, ao que indica fontes históricas. O desrespeito com a infância é visível, tendo suas vidas moldadas, pelos mais diversos tipo de violência, sendo construída sob as diferentes formas de privações.

Em relação ao ensino, era atribuída às crianças uma transmissão de conhecimento e valores, como modos de agir, pensar, sentimentos, uma espécie de socialização onde a mesma era submetida aos ensinamentos de jovens e adultos mais experientes. Cabia aos adultos inseri-las em seu mundo e direcioná-las, pois naquela época as crianças eram vistas como seres que iam contra as razões e os bons costumes.

[...] no lugar de procurar entender e aceitar as diferenças e semelhanças das crianças, a originalidade de seu pensamento, pensava-se nelas como páginas em branco a serem preenchidas preparadas para a vida adulta. (CALDEIRA, [20 -],p.3).

Há uma clara falta de respeito para com a infância, pois se verifica que as crianças não tinham o menor valor para os adultos. Esses além de não lhes darem atenção, as tratavam como seres com pouco ou nenhum valor para a sociedade.

Essa desvalorização da criança segue até os séculos XV, XVI e XVII, com o estabelecimento de uma nova ordem social, em que começou a ser notada mudanças consideráveis ao sentimento de infância. Passou-se então a ver a criança como um ser com particularidades, com traços que a distinguiam dos adultos, um ser dotado de capacidade e desenvolvimento.

UM NOVO SENTIMENTO PARA A INFÂNCIA

A partir dessa visão direcionada a criança, um novo sentimento de infância surgiu. É preciso ressaltar que esse novo paradigma relacionado à infância, surge devido a uma preocupação com a mortalidade infantil, preocupação esta até então inexistente, já que o alto índice de mortalidade infantil no século XVI era considerado normal.

Foi somente a partir do século XVI, que aconteceram alguns progressos no modo de ver a criança. O que acabou resultando certo prolongamento da vida ao menos nas classes burguesas. A nova visão de infância e algumas descobertas científicas eram privilégios de famílias com posses, e assim permaneceu durante muito tempo. Valem à pena dizer que até mesmo em nossa atualidade há uma luta na tentativa de diminuir a mortalidade infantil de crianças advindas de famílias de classes menos favorecidas, visto que essas, em muitos casos, não possuem suporte econômico para tratar complicações e doenças sofridas por suas crianças.

Dentro dessa nova visão de infância há outro fato a ser considerado, é que em alguns momentos essa visão torna-se quase sempre contraditória, ao passo que a criança começa ganhar espaço e mais atenção, essa, no entanto, continua sendo vista como adulto em potencial, que logo estaria pronto para realizar tarefas como as dos mesmos. O que mudou não é a afeição propriamente pelas crianças, e sim um acompanhamento das famílias nas transformações que ocorriam na sociedade.

Com relação a esse novo sentimento, Kramer (1987) afirma que:

O sentimento moderno de infância corresponde a duas atitudes contraditórias que caracterizam o comportamento dos adultos até hoje: uma considera a criança ingênua, inocente graciosa e é pela “paparicação” dos adultos, e outra surge simultaneamente a primeira, mas se contrapõe a ela tomando a criança como um ser imperfeito e incompleto, que necessita da ‘moralização’ e da educação feita pelos adultos. (KRAMER, 1987, p.18).

Verificamos que surgiram alguns desencontros de opiniões no que se refere ao novo modelo de infância; Há ainda muito a ser mudado na sociedade da época. “A criança é uma invenção recente nesse universo, enquanto personagem central da organização da família [...]” (REDIN, 1998, p.15).

Essa dupla visão no sentimento de infância fez com que começasse existir a necessidade de criar instituições para atender a criança, surgindo então às escolas, fazendo com que as crianças deixassem de conviver somente com adultos como forma de aprendizado. A escola passa a ser um mecanismo de formação dos pequenos. É da escola agora a função de encaminhar os pequenos dentro da sociedade, além de ensinar à estes a leitura, escrita e a aritmética como uma forma de preparo para a vida adulta. A escola substituiu o ensino empiricamente transmitido pelos adultos, sendo esse atrelado com certo conformismo e aceitando algumas regras colocadas pela igreja, ou seja, certa moralização como regra de educação das crianças.

Percebemos então que houve uma melhora no tratamento dado à criança, porém as crianças continuaram a serem direcionadas por adultos, em que cabia a estes decidir o que deveria ser ensinado, ou não. As crianças agora começam a ser entendidas como ser individual com vontades e pensamentos. No entanto, eram os adultos e é até hoje quem decidia o que era relevante às crianças aprender e fazer no seu dia-a-dia.

Essa nova visão relegada à criança, faz com que haja uma mudança significativa nas famílias. Agora as famílias são mais numerosas e preocupam-se com suas crianças, tendo o cuidado de protegê-las dos perigos existentes na sociedade. A família assume a sua função, ou seja, passando a perceber a criança como um ser frágil que necessita de cuidados e de carinho, assim com o novo sentimento de infância surge também uma nova família agora preocupada com seus filhos, o que não era possível se ver antes do século XII. Essa visão começa na burguesia e segue progressivamente até o povo. Vale ressaltarmos essa

mudança de olhar, no que diz respeito ao sentimento de infância, fez com que a família passasse a assumir as funções antes atendidas pela comunidade, principalmente a alimentação e a higiene.

Sobre essa nova organização familiar Áries (2006) complementa que:

A família começou então a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância, que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perde-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pode mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela [...]. (ARIÈS, 2006, p.11).

Nesse sentido, a atenção que a família passou a dedicar as suas crianças, fez com que mudassem alguns paradigmas no que diz respeito à infância. A criança começa a deixar aquela caracterização de ser substituível, anônimo, sem um espaço determinado na sociedade. Esta agora tem seu lugar diante da sua família e da sociedade em que está inserida.

Neste novo contexto, século XVII e XVIII, a criança não era mais vista como ser substituível, como uma peça num jogo, um ser com função utilitária na sociedade, deixa de ser apenas uma peça que pode ser substituída por outra a qualquer momento, agora ela tem valor, embora ainda houvesse muito a ser mudado. Na visão do adulto e com o novo sentimento de infância, a criança passa a ser vista de outra maneira, um ser frágil que merece uma atenção diferente da que lhe era dada.

Sobre essa evolução na família Áries citado por Redin (1998), explicita:

Essa evolução da família medieval para a família do século XVII e para a família moderna, durante muito tempo se limitou aos nobres, aos burgueses, aos artesãos, e aos lavradores ricos. Ainda no início do século XIX, uma grande parte da população, a mais pobre e a mais numerosa vivia como as famílias medievais, com as crianças afastadas das casas dos pais. (ARIÈS, citado por REDIN, 1998, p.17).

A nova ordem que se instala na sociedade urbana faz com que as famílias passem a assumir funções antes atribuídas ao Estado, ao qual cabia a tarefa de recolher as crianças às instituições. Na diversidade social e urbana a criança aprendia a vida, a cultura e os saberes eram aprendidos de forma direta (REDIN, 1998).

Assim como já dissemos, a criança é agora um ser com suas particularidades, recebendo atenção de sua família e quando chegar o momento deixará seu contexto familiar e passará a frequentar a escola que também irá exercer uma espécie de controle sobre a sua vida.

A confirmação dessa fase se dá ao passo em que a criança deixa o âmbito familiar e passa a frequentar uma instituição controlada pelo Estado, a escola. A escolarização passa a ser uma forma de o Estado manter o controle na sociedade. O que passa a ganhar apoio da igreja, a qual vê na escolarização uma forma de reforçar os preceitos religiosos, bem como assegurar e garantir seguidores em longa escala, pois desta forma ela iria manter seu poder na sociedade. Assim fica visível que essa preocupação compulsória com as crianças do século XVIII era apenas uma forma de moralizar e discipliná-los, reforçando a ideologia.

As crianças passam a estar, então, separado dos adultos. Ao invés dos ensinamentos de hábitos e profissões pelo convívio, as crianças são enviadas para as escolas. Esta separação possibilitou a exigência de “segredos”, isto é, assuntos conhecidos apenas pelos mais velhos. Em outras palavras a concepção de infância moderna, que se estende até os nossos dias, seria o seguinte: uma fase da vida em que os indivíduos precisariam de cuidados especiais e deveriam ser resguardadas de algumas informações que pudessem lhes ser nocivas para que se desenvolvessem e se construíssem, no futuro, como indivíduos plenos. (GUARANA, 2007, não paginado).

Dentro desse contexto o que se percebe, é um contraste de atitudes em relação à infância. Por um lado pretende-se proteger a criança da corrupção existente em seu meio, mas de outro se vê a necessidade de fortalecê-la desenvolvendo o seu caráter e sua razão. De uma forma ou de outra, a criança, era alvo de muitas idealizações.

A criança e a família passaram a fazer parte de alguns projetos políticos do Estado, visto que este agora ocupa o lugar que antes era relegado às relações espontâneas. É fácil perceber aqui que o espaço de construção da criança se restringiu tanto fisicamente como socialmente à psicologicamente. A importância que a família passou a dar à criança, ao contrario do que se imaginava, não era uma supervalorização da criança, mas sim uma reorganização sociocultural (REDIN, 1998).

Entretanto, a Revolução Industrial ocorrida entre os séculos XVIII e XIX, faz com que as famílias recebessem novos olhares. De um lado ficava a elite,

dirigentes e aristocratas, e do outro trabalhadores proletariados, o que também, acontecia com a criança que tinha diferentes olhares de um lado para outro. A escola que por um momento passava a impressão de que iria mudar o futuro das crianças, buscava um único objetivo preparar a criança para a industrialização que se iniciava. Então a escola passa a ser principalmente instrumental.

A escola não é um modo de formação entre outro, ela é concebida no conjunto como o primeiro, e finalmente como único. Seus horários ocupam todos os dias das crianças, seus programas adiantam seus conhecimentos indiretos em detrimento da experiência, restrita ao ensino profissional, sua disciplina refina um saber-ser-criança feito de passividade, de obediência sega numa pedagogia de intimidação. (MEYER, citado por REDIN, 1.998, p.18).

A criança é novamente alvo de olhares multifacetados, percebida como um baixo valor econômico a ser explorado. A busca de mão-de-obra barata fez com que as crianças, aos poucos, fossem retiradas da escola e mais uma vez os seus direitos foram deixados de lado. Vale a pena ressaltar que em nome da economia essas foram submetidas a explorações do mercado de trabalho com jornadas desumanas e sem muita condição de trabalhar.

Se a vida em comum com os adultos antes da Revolução Industrial, tratava a criança com descaso, agora, o seu valor enquanto geração de braços para indústrias e cabeças para o comando lhe trás o exílio de seu tempo viver a infância passa ser um período dominado por modelos de preparação par ser o futuro adulto. A criança como tal, com identidade específica, continua desrespeitada e desumanizada. (AMARILHA citada por CORDEIRO; COELHO, 2007, p. 885).

A infância, novamente segue um longo período sendo deixada de lado e desrespeitada. Seus direitos básicos como ser criança lhe é tirado, no entanto, é preciso ter clareza que as crianças de classes menos favorecidas são as mais afetadas por esse descaso social. Essa criança vítima de tantas polêmicas em torno de sua vida que sem ter muita noção de que é ser criança carrega uma tarefa árdua que é ajudar no sustento de sua família. Todavia, tal fato não é visto na burguesia, pois as crianças eram submetidas à educação, principalmente por preceptores preparados para tal.

Esse descaso com a infância, fica mais chocante, quando percebemos que essa falta de sentimento existente em torno das crianças entre os séculos XII ao

XVII é visível ainda hoje século XXI. Não são poucos os programas elaborados pelos governantes na tentativa de melhorar o atendimento a infância, porém, esses projetos acabam “fracassando”, pois não resolvem os problemas, apenas os amenizam.

Voltando a construção do sentimento de infância, podemos dizer que essa fase começa a melhorar entre os anos de 1850 a 1950, que houve um grande salto no que diz respeito à infância e no desenvolvimento das ciências humanas, bem como um grande interesse na compreensão dessa fase da vida humana chamada “infância”. Assim, as crianças pouco a pouco foram retiradas das fábricas e novamente inseridas em contextos que promovem a aprendizagem sistematizada, pois a escola é lugar ideal para estes atos e propósitos.

Com a consolidação do protótipo de família em fins do século XIX, a responsabilidade dos genitores passou a assegurar mais responsabilidade com o bem estar da criança, garantindo os direitos que lhes assistem e maiores cuidados físicos. A noção de infância, agora, passa pelo crivo dos conceitos técnicos e científicos. Essa análise é respaldada e analisada a luz da Psicologia da Sociologia, da Medicina, dentre outros campos do saber, passando a emitir um parecer científico a respeito dessa fase da vida humana, adquirindo estas constatações uma maior respeitabilidade frente à sociedade. (CORDEIRO; COELHO, 2007, p. 885).

A criança, começa a ocupar seu lugar na sociedade. Ela passa a não mais fazer parte do mundo adulto, pois tem agora seu espaço que não se pode chamar de ideal, já que junto com seu reconhecimento vieram também as limitações. Agora elas ficam enclausuradas em instituições escolares, ficando excluídas da vida social adulta. A criança não pode mais participar do que antes era comum em sua rotina (festas, conversas entre outros eventos), a ela cabe apenas atividades específicas para a idade. Já podemos perceber uma pequena rejeição da criança pela sociedade adulta, embora agora seja reconhecida como categoria na sociedade.

Podemos verificar esses contrapontos na vida da criança pela fala de Redin (1998) o qual questiona sobre o espaço da criança:

A produção de serviços ou espaço para as crianças ajusta-se à necessidade do sistema econômico em se reproduzir, ainda que seja à custa da morte do lúdico, do prazer, da criação. Ainda que seja a custa da morte da aventura do sonho, da paixão, do encontro. O lugar da criança é estar à margem ou sendo carregada de roldão pelo processo histórico aqui instalado e - mesmo quando cuidada por organismos especializados-não

passa de uma marginalidade “dourada” do processo global da sociedade. (REDIN, 1998, p.24.).

Dessa forma, verificamos que mesmo quando se pensa num atendimento à infância essa é feita de forma equivocada cujo objetivo não era o bem estar da criança e sim o bem estar econômico.

INFÂNCIA NO BRASIL

A história da infância no Brasil, não é muito diferente das concepções de infância de outros países. Se analisarmos a construção do sentido de infância no Brasil, poderemos perceber que os séculos XVI, XIX e as primeiras décadas do século XX, foram de extrema importância para a construção e transformação da infância.

A criança brasileira também é vítima de diferentes formas de violência. Se analisarmos o contexto histórico e os processos de civilização existente no Brasil, concluiremos que as crianças negras, indígenas e brancas rejeitadas, carregam décadas de humilhação, desrespeito, preconceito e todo o tipo de privação e violência.

Nesse sentido, faz-se necessário entendermos quais foram os processos históricos e socioculturais, que a sociedade brasileira da infância teve que ultrapassar para que ao longo da história e de suas lutas, ocorresse uma melhora considerável ao atendimento da infância no Brasil.

Foi com a implantação do sistema colonial no Brasil século XVI, que se deu início ao processo de civilização. Os portugueses que aqui chegaram implantaram seus modos de vida e desencadearam séculos de escravidão, violência e humilhação.

Ferreira Santos (2007) caracteriza a chegada dos portugueses no Brasil pontuando:

O sistema colonial, início da trajetória histórica do Brasil, foi ponto essencial para o desenvolvimento das forças produtivas [a consolidação do comércio manufatureiro, o progresso tecnológico, entre outros], possibilitando que o processo monocultor-escravista-agro-exportador fosse o alicerce da acumulação primitiva (MARX, 1998) e, por conseguinte, do capitalismo industrial. Em nome desse processo, milhares de índios e negros africanos foram extirpados das suas

condições sociais de vida, no maior etno-genocídio da história da humanidade. (FERREIRA SANTOS, citado por SANTOS, 2007, p. 227).

Foi no sistema colonial que o Brasil teve um grande avanço no que diz respeito ao comércio, no entanto, com esse avanço muitas crianças acabavam sendo obrigadas a emergir no campo de trabalho.

A chegada dos portugueses no Brasil é vista como um grande marco na história brasileira e assim se manterá por um longo período. Não poderemos lembrar dessa época como sendo somente o marco das transformações econômicas e sociais do país. Mas ao falarmos em colonização logo deveremos nos lembrar de séculos de maus tratos e escravidão.

Se a chegada dos portugueses no Brasil é um marco na vida e cultura indígena, podemos imaginar como foi o impacto dessa chegada para as crianças indígenas e mais tarde para as crianças africanas que chegariam ao Brasil através de navios negreiros para junto com os adultos serem escravizados.

Como na Europa, a concepção de infância no Brasil também era vista de forma uniforme, ou seja, estudavam-nas como se estas tivessem a mesma origem ou ainda o mesmo tratamento.

A criança /infância por um longo período era vista como a fase, em que o ser está desprovido da razão ou ainda era vista como uma fase sem importância que sucede outra e serve apenas para preparação para a vida adulta onde a escola tinha uma grande participação. A primeira tentativa educacional, implantada no Brasil foi com os jesuítas, que ganharam a missão de “catequizar”, ou ainda adestrar os índios que aqui viviam desconsiderando a cultura já existente.

Os jesuítas num primeiro momento concebiam a infância, associando a criança à imagem do menino Jesus como ser assexuado e puro, o alvo perfeito para os seus trabalhos. As crianças eram vistas também como uma ponte entre os jesuítas e os adultos.

A cultura indígena era vista como errada pelos portugueses e jesuítas. Os índios e as crianças indígenas eram considerados pecadores, onde a criança indígena era uma semente diabólica, que no ponto de vista dos jesuítas se fosse dada a ela certa interrupção e aprofundamento no que diz respeito à formação, essa poderia ser salva. Essa era então a missão dos jesuítas: civilizar os indígenas a fim de construir uma visão favorável que agradasse a coroa portuguesa. Para

esse fim a criança era submetida à uma educação rígida e moral com o objetivo de alcançar a civilização através de aulas de gramática, catequese, além de normas e obrigações cujo único objetivo era prepará-los pra o trabalho (SANTOS, 2007).

Em consonância com outros países da Europa, a concepção de infância era vista de forma igual no modo geral mas que na prática via-se certa divisão de categoria ou classes. Sob essa visão de criança no sistema colonial Oliveira (2007) explicita:

No Brasil Colonial, com um modo de produção escravista, a infância caracterizava-se de forma diferente para as crianças brancas e negras, como ainda o é para crianças da elite e crianças pobres. Enquanto eram crianças, brincavam e estavam em atividade conjunta. Entretanto, a criança branca aprendia desde cedo que, ao crescer, ela estaria dominando aqueles com quem agora brincava. (OLIVEIRA, 2007, p. 35).

Desde pequena, a criança negra já é tida como um objeto ou ainda um brinquedo nas mãos de outras crianças brancas a quem desde cedo lhes eram ensinados que a função da criança negra era lhes servir e realizar seus caprichos.

Os filhos dos escravos são criados com os dos senhores, tornam-se companheiros de folguedos e amigos e, assim, estabelece-se entre eles uma familiaridade que forçosamente, terá de ser abolida na idade em que um deve dar ordens e viver a vontade, enquanto o outro terá de trabalhar e obedecer. Diz-se que unindo assim, na infância, o escravo ao dono, asseguram a sua fidelidade, mas o costume parece encerrar grandes inconvenientes e de ver, ao menos, ser modificado de forma a tornar o jogo da escravidão menos penoso pela revogação da liberdade primitiva. (MAWE citado por LEITE, 2006, p. 33).

Nesse sentido, a infância da criança escrava durava apenas até os sete anos, em que eram atribuídos a essas pequenas tarefas produtivas. Ao contrário da criança branca, que aos sete anos iniciava sua escolarização. Vemos que a idade de sete anos é também vista pela igreja como a idade de iniciação cristã, ou seja, a criança tem competência para confessar pecados e aprender o significado dos preceitos cristãos. (OLIVEIRA, 2000)

O sistema colonial no Brasil é um marco na construção do sentimento de infância brasileira, onde concebia a criança como um ser incapaz e submisso. Uma massa pronta pra ser moldada, em que essa função como vimos, coube aos jesuítas.

Dentro dessa perspectiva, vale a pena falar da divisão por categorias de idade, que eram usadas tanto para a sociedade liberta quanto as pessoas ditas livres. Os termos adulto, jovem e criança eram o mesmo, quando falamos de divisão pela faixa etária, porém a criança escrava é livre até dar seus primeiros passos a partir daí sua força de trabalho já começa a ser explorada e a manteria assim até sua morte.

Sobre essa diferenciação Santos (2007) pontua:

A concepção de infância nesse período não era homogênea, existido diferenças substanciais entre a criança escrava, a indígena e a branca, de marcadas pela situação étnica e de classe que cada ocupava na sociedade. A natureza de classe da sociedade colonial construiu a concepção de infância de acordo com as necessidades do dinamismo do sistema, ou seja, a criança escrava deveria trabalhar como objetivo de dar retorno ao investimento do seu proprietário. Desse modo não se buscava a meiguice e a fereza nas crianças negras escravizadas, como se fazia entre os filhos dos senhores, e sem, o trabalho. (SANTOS, 2007, p 228).

Ao longo dessa vida de luta e escravidão, muitos escravos foram mortos, outros não chegaram à idade adulta. Outro fato interessante, é que alguns estrangeiros costumavam vender seus filhos brancos junto com suas mães escravas, num total desafeto à criança que se torna escravo branco.

[...] Vi alguns negrinhos brincando no quintal da casa, e entre eles um bonito menino de raça branca. Tinha um rosto delicado cabelos claros e enrolados, olhos azuis e uma pele tão clara como a de um europeu. Atraído pelo belo garotinho, afogueio por um momento e perguntei ao dono da venda se era seu filho. O homem disse que não, informando que ele era seu escravo, mas filho de um inglês[...] (WALSH, citado por, LEITE, 2006, p. 27).

Nessa mesma época, um outro problema social começa incomodar a coroa portuguesa, crianças provenientes de família pobres, ou de relacionamentos fora do casamento, eram muitas vezes abandonadas nas ruas ou em portas de casas e igrejas. Muitas destas não conseguiam sobreviver eram devoradas por animais, ou morriam de fome ou frio. As crianças abandonadas eram vítimas de fatores econômicos e sociais (SANTOS, 2007).

Os problemas com o abandono eram reais e crescia em grande escala, surgindo a necessidade em se criar um abrigo pra essas crianças. A coroa portuguesa, e sua administração implantaram a "Roda dos Expostos", século XVIII,

uma instituição de cunho religioso que tinha por objetivo retirar as crianças das ruas, os recém nascidos eram amamentados por amas de leite e como os demais logo batizados. No entanto, esses também teriam sua mão-de-obra explorada e devido à precariedade do trabalho e alimentação, muitas dessas crianças acabavam morrendo.

Apesar da Roda dos Expostos ter sido implantada no Brasil pela Coroa Portuguesa, após a emancipação política o Estado brasileiro a manteve com o objetivo de transformar crianças brancas abandonadas em força de trabalho.

Nesse sentido, podemos afirmar que a força de trabalho é a base da infância brasileira, seja ela branca enjeitada, negra ou indígena, ou ainda é a fase em que a criança deixará de ser criança e aos sete anos será inserida ao trabalho aprendiz.

[...] o momento propício para a educação se transformou no momento de desenvolvimento da mão-de-obra, seja ela escrava, indígena ou “branca enjeitada”. Só que o escravo era reconhecido socialmente como uma propriedade do senhor e lhe devia garantir a riqueza, através do seu trabalho compulsório. (SANTOS, 2007, p 229).

Assim, podemos perceber que as crianças oriundas de classes desfavorecidas, não tinham o menor valor frente à sociedade brasileira, tendo suas vidas direcionadas e violentadas, sendo vistas como instrumento para os adultos.

O CAPITALISMO E A NOVA VISÃO DE INFÂNCIA

O século XIX foi marcado por grandes mudanças no que diz respeito à cultura, à economia, política e social. Foi caracterizado pela consolidação do capitalismo nos países centrais e impulsionando os países periféricos, como o Brasil. Nesse contexto, houve um grande avanço da força produtiva, ocasionando uma grande expansão do capitalismo, gerando a consolidação da burguesia no poder político. Nessa perspectiva, houve uma significativa mudança no que diz respeito à concepção da infância, “A criança passou a ser o centro das atenções, necessitando de cuidados e proteção da família” (SANTOS 2007).

Todavia, o estado brasileiro permaneceu por um longo período fundado no sistema monocultor-escravista-exportador, em que a infância continuava sendo representada de forma errônea.

Mesmo após a emancipação política do Brasil (1822), a sociedade brasileira continuou a se fundamentar no sistema monocultor-escravista-exportador. Desse modo, a representação da infância permaneceu a mesma no século XVII. No entanto, nesse período, percebem-se algumas mudanças no tratamento das crianças [...]. (SANTOS, 2007, p.229).

Há uma significativa mudança na sociedade, brasileira. O Brasil tinha a influência da Europa liberal no que diz respeito à evolução da sociedade. Entretanto, o país ainda era adepto do tráfico de escravos o que desagradava países como a Inglaterra que tinha um forte interesse em expandir seus investimentos. Foi assim, através de pressão de outros países que o Brasil, finalmente em 1835, declarou o fim do tráfico de escravos. Todavia esse permaneceu até 1850, em que ocorreram alguns manifestos dos escravos, os quais levaram o governo brasileiro a iniciar uma gradativa mudança no que diz respeito à escravidão no Brasil.

Pressionado pela Inglaterra e sofrendo com a resistência dos negros, foi criado em 1871 no Brasil a Lei do Ventre Livre a qual deveria garantir a liberdade das crianças nascidas naquele e a partir daquele ano.

O texto da lei, aprovado em 28 de setembro daquele ano, declarava, em seu artigo primeiro, livres os filhos da mulher escrava, determinando que ficasse em poder e sob autoridade dos senhores de suas mães, os quais seriam obrigados a criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando a essa idade o senhor teria a opção de continuar a utilizar-se dos serviços dos menores até que este completasse vinte e um anos ou entregá-lo ao Estado, recebendo uma indenização no valor de 600 \$000, pagos em títulos de renda com juro anual de 6%, os quais se considerariam extintos num prazo de 30 anos. O senhor teria o prazo de 30 dias para comunicar sua opção pelo resgate; caso não o fizesse, ficaria subentendido que preferia aproveitar-se do trabalho do menor. (LIMA citado por SANTOS, 2007, p. 230).

A Lei do Ventre Livre deixa clara a disjunção do que era e o que deveria ser essa lei. Num primeiro momento a Lei do Ventre Livre parece ser a solução para a infância escrava, todavia, esta deixa brechas as quais os senhores de escravos não só se mantêm a explorá-los, como ainda fez um papel de caridade frente à sociedade, já que muitos preferiam se responsabilizar pela criança até a sua maior idade. Com essa falsa “caridade”, a criança negra continuava sendo vista como um potencial de trabalho a ser explorados.

Nessa ótica, fica evidente uma divisão de classes, em que os senhores de escravos negavam à criança escrava o direito à infância e as transformavam em peças fundamentais para a economia. Nessa mesma época, século XIX, acontecia uma significativa expansão do capitalismo na Europa e uma vez mais o trabalho da criança foi visto como indispensável. É necessário, porém, deixar evidenciado que esses adolescentes e crianças eram oriundos das classes trabalhadoras que tinham sua “infância” destruída em nome da modernidade e evolução. Muitos morriam, outros tinham partes do corpo mutilados e a maioria não recebia pagamento pelo seu trabalho. Conforme Santos, (2007), na segunda metade do século XIX, vieram à tona os mal-tratos sofridos pelas crianças, as quais sofriam todo o tipo de violência e privação.

Para Marx, citado por Santos (2007):

O capital não tem, por isso, a menor consideração pela saúde e educação de vida do trabalhador, a não ser quando é contagiado pela sociedade a ter consideração. A queixa sobre a degradação física e mental, morte prematura, tortura do sobre trabalho, ele responde: Deve este tormento atormentar-nos, já que ele aumenta o nosso gozo (o lucro). (MARX, citado por SANTOS, 2007, p.231).

Diante dessa visão de infância, escancarada pelo capitalismo, fica implícita a necessidade de uma mudança, a qual no final do século XIX, com a chegada de novos saberes ligadas a pessoa e sua humanização, faz com que o Brasil conceba um novo paradigma de infância. Agora a criança desde seu nascimento recebe cuidados de saúde e higiene, salvo sobre orientações principalmente da medicina, que repudiam os saberes populares a qual a criança era submetida.

A infância passa a ser considerada como possível de ser moldada dentro dos padrões sociais. Para isso, deve-se usar técnicas pedagógicas rígidas e disciplinares que impinjam nas crianças as condutas, as regras e os princípios morais burgueses para a manutenção da ordem. (SANTOS, 2007.p.231).

Dentro dessa perspectiva, evidencia-se que a criança é uma potência a ser explorada pelo capital. Assim, faz-se necessária uma atenção pela sua saúde, diminuindo a mortalidade e as submetiam a uma educação rígida pela burguesia em que o único objetivo era o preparo para o trabalho. Dessa forma, no início do século XX as crianças abandonadas passaram a estar entre os assuntos da

burguesia, que visavam amparar esses desprovidos de sorte. O curioso é que essa reiteração da criança à sociedade era feita através do trabalho que era visto como forma de reabilitá-los e trazê-los novamente à sociedade.

A industrialização iniciada no Brasil no começo do século XX traz um crescente número de assalariado, os quais eram contratados e descontratados verbalmente, sem nenhuma preocupação com o trabalhador. Esses viviam sem qualquer conforto, com seus míseros salários. Suas crianças viviam soltas pelas ruas, cometendo pequenos delitos. Essa situação chama à atenção da elite que tem a visão de que a criança de classes populares não é provida de moral e são pré-dispostas a uma vida de crimes.

Com essa visão, o Estado viu a necessidade de criar um espaço para discipliná-las atendendo principalmente a pedidos da classe dominante.

Em 1.921, o governo brasileiro assinou a Declaração da Criança na Conferência de Genebra. Tal tratado inspirou a elaboração e, posteriormente o decreto do Código de Menores, Juiz Mello Mattos, a Lei de doze de outubro de 1.927, sendo o primeiro Código da América Latina. (MOTTI, citado por SANTOS, 2007, p. 233).

O que parecia ser criado para proteger a criança tornou-se uma forma de retirar a criança da sociedade. Se estas não tivessem nenhum indício de infração, eram recolhidas e então passavam por um processo de reforma oferecida pela escola que as devolvia a sociedade num prazo de aproximadamente cinco anos. Porém se tivessem um histórico duvidoso eram submetidas a castigo de uma escola de cunho reformatória. O código de menores passa a ser um grande aliado da elite, pois encarrega o Estado da questão social.

Com o desenvolvimento da sociedade as crianças passam e ser propícias ao molde desejável: ao serem submetidas a esse adestramento proposto pelas instituições, a criança ficava pronta para fazer parte de uma sociedade civilizada e sua mão-de-obra apta a ser explorada numa concreta aceitação.

Foi nesse contexto que a criança/adolescente passou a ser e ainda em alguns casos são chamados de menor. Evidentemente esses assim chamados são oriundos da classe trabalhadora, abandonada ou não, que carregam um rótulo em que fica evidente o preconceito, em que são vistos como uma pré-disposição a cometer algum tipo de delito.

Finalizando, nessa linha de pensamento, fica então implícito que a concepção de criança/infância independente da época não é homogênea. Sua caracterização vai depender principalmente de sua origem/etnia, ou classe. Seja no século XVI ou XX, a criança era vista como potência de trabalho, e o é assim nos dias atuais, se levarmos em consideração as milhares infâncias/adolescências que são deixadas de lado ainda hoje.

Nessa questão, podemos ainda afirmar que nos dias atuais não existe uma concepção de infância homogênea, esta vai ao encontro com uma realidade marcada por violência, miséria, falta de moradia, saúde e um precário ensino público, a que são submetidas crianças de classes desfavorecidas do qual fazem parte negros e brancos.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

CALDEIRA, Laura Bianca. **O conceito de infância no decorrer da história**. Disponível em: http://www.diaadiaeducação.pr.gov.br/diaadia/diaadia/arquivos/File/conteudo/.../o_conceito_de_infância_no_decorrer_da_história.pdf. Acesso em: 18/11/2008.

CORDEIRO, Sandro da Silva; COELHO, Maria das Graças Pinto. **Descortinando o conceito de infância na história: do passado à contemporaneidade**. Junho. 2007. Disponível em: http://www.faced.uf.br/colulhe06/anais/arquivo/76SandroSilvaCordeiro_MariaPintoCoelho.pdf. Acesso em: 28/11/2008.

GUARANÁ, Deborah. O conceito histórico da infância. 15 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/overblog/o-conceito-histórico-da-infância-36k->. Acesso em: 18/11/2008.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Dois Pontos, 1987.

LEITE, Miriam L. Moreira. **A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagens**. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (orgs). **História Social da Infância no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Magda Sarat. **Criança na história ou história da criança?**. Rev. Guairacá, vol. 16. Guarapuava: Unicentro, 2000.

REDIN, Euclides. **O espaço e o tempo da criança**: se der tempo a gente brinca. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

ROCHA, Rita de Cássia Luiz da. **A história da infância**: reflexões acerca de algumas concepções correntes. Disponível em: http://www.unicentro.br/editora/revistas/analecta/v3_n2/artigo%204%20hist%F3ria%20da%20inf%E2ncia.pdf. Acesso em 28/11/2008.

SANTOS, João Diógenes Ferreira dos. **As diferentes concepções de infância e adolescência na trajetória do Brasil**. Histedbr, ed. 28. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edições/28/art15_28.pdf. Acesso em 12/09/2008.

STEINBERG, S.R & KINCHELOE, J.L. 2001 (orgs). **Cultura infantil: a construção corporativa da infância**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. Disponível em: http://www.sciello.br/scielo.php?pid=s010444782004000100018&script=scielo_artext&ting=pt-36k. Acesso em: 18/11/2008.